

O ESTUDO DO PROJETO AUTONOMIA CARIOCA PELOS DOCUMENTOS OFICIAIS (2010- 2014)

Elaine Rodrigues de **Ávila** – UNESA

Wania Regina Coutinho **Gonzalez** – UERJ/ UNESA

Agência Financiadora: CNPQ

Resumo

O estudo proposto analisou, a partir dos documentos oficiais, o Projeto Autonomia Carioca: aceleração de estudos realizada nas escolas pública municipais da cidade do Rio de Janeiro. Uma parceria público-privada entre a Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ) e a Fundação Roberto Marinho (FRM), em que a metodologia do Telecurso 2000 é usada para corrigir a defasagem idade/série de alunos do 6^o ao 8^o anos. Os documentos foram retirados do site da SME/RJ, da FRM, do Rioeduca, do Inep e do Diário Oficial do Município, entre 2010 e 2014. Da análise dos dados, se percebeu dois momentos do Projeto: de 2010 a 2011, ele estaria atendendo satisfatoriamente a SME/RJ, a FRM, aos alunos, ajudando na melhora dos índices da rede, inserido dentro de uma perspectiva quantitativa gerencialista; de 2012 a 2014, há poucas referências a ele, passando a funcionar dentro de outras medidas da SME/RJ de reforço escolar. Assim, ele passa de projeto que atendeu aos interesses gerencialistas do Estado para um em que há contestações com seus gastos e finalidade, perdendo dessa forma, um papel de destaque na política pública educacional do município.

Palavras-Chaves: Autonomia Carioca, Aceleração de estudo, Gerencialismo

O ESTUDO DO PROJETO AUTONOMIA CARIOCA PELOS DOCUMENTOS OFICIAIS (2010- 2014)

A Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio de sua Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ), assinou um convênio, no ano de 2009, com a Fundação Roberto Marinho (FRM), a fim de iniciar o Projeto Autonomia Carioca. Dessa parceria público-

privada, surgiu um programa de aceleração de estudos¹ para alunos em defasagem idade/série entre o 6^o e o 8^o anos. Assim, o Estado buscou um parceiro na sociedade civil para auxiliar na melhoria de uma deficiência da sua rede educacional pública apresentava naquele momento². O início do projeto na rede ocorreu no ano de 2010 e embora previsto para funcionar apenas em 150 Escolas do Amanhã³, turmas além dessas escolas foram formadas nas onze Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) da rede pública municipal do Rio de Janeiro, atendendo, só no primeiro ano, um total aproximado de 8,5 mil alunos do 7^o e 8^o anos (SME, 2010).

No Projeto Autonomia Carioca é usada a metodologia do Telecurso 2000, em que os alunos assistem aos vídeos do Telecurso, de conteúdo condensado e que abordam assuntos das disciplinas básicas do ensino fundamental. A turma é dividida em equipes, cada uma delas realizando atividades diárias ou semanais específicas a partir de orientação do professor, além de outras atividades individuais (FARIA, 2013). Um professor é responsável pela dinâmica da telessala, desenvolvendo as atividades com a turma as 2^{as}, 3^{as}, 5^{as} e 6^{as} feiras (FARIA, 2013)⁴. Assim, segundo Leite (2011), independentemente da formação acadêmica, ele seria um “tutor da realização do ensino”, a partir de um planejamento feito por especialistas. Dessa consideração, percebe-se que no projeto esse professor torna-se generalista, pois é responsável por todas as disciplinas do currículomínimo do segundo segmento do ensino fundamental. Ao longo do ano, esse docente participa de formações, dadas pela FRM, com o apoio da SME/RJ. Nelas se visam ensinar novas formas para tornar o trabalho nas telessalas mais atrativo para o aluno, como também trocar experiências com outros professores da mesma CRE.

Nesse estudo sobre o Projeto Autonomia, o objetivo inicial foi compreender, na visão dos documentos oficiais, como essa aceleração de estudos se relaciona a uma política pública educacional voltada para a ideias de eficiência no serviço público de educação, seguindo a um modelo de Estado Gerencialista. No campo de conhecimento chamado de políticas públicas, no modelo explicativo, chamado de novo gerencialismo, as ações governamentais são voltadas para ideia de eficiência, para proporcionar serviços mais eficazes aos cidadãos (SOUSA, 2006). Aqui cabe observar que no Brasil,

¹ A Lei 9394/96 dispõe em seu art. 24, V, a sobre aceleração de estudos para alunos em defasagem.

² A rede possui 1009 escolas e 4999.773 de alunos matriculados no ensino fundamental, sendo considerada uma das maiores rede públicas da América Latina (SME, 2014).

³ Projeto criado em 2009 pela Prefeitura, buscando ajudar escola localizada em áreas de risco da cidade.

⁴ Nas 4^{as} feiras, a turma tem mais três professores: educação física, inglês e Cest (atividade de reforço).

a Reforma do Estado da década de 1990 levou a criação do Plano de Diretor da Reforma do Aparelho Estatal (PDRAE), que em linhas gerais, procurou dar a administração pública no Brasil um caráter gerencial, em que conceitos como eficiência e efetividade conquistaram espaços nas políticas sociais do país (DI PIETRO, 2012). A partir dessa Reforma, esse modelo ganha força e traz a participação do Terceiro Setor, inclusive com o seu crescimento de sua atuação na educação nos últimos anos. Contudo, conceituar esse termo é difícil e, como bem destaca Montañó (2007) não há um consenso sobre sua origem e composição. São várias entidades que podem fazer parte de sua composição indo desde fundações até ONGs.

No levantamento realizado da documentação, foram encontrados dados no site da SME/RJ, da FRM, do Telecurso 2000, do Rio Educa, do INEP e no Diário Oficial do Município (D.O/RJ). Os documentos vão desde informações sobre formaturas e início do projeto na rede, até dados sobre gastos, com inexigibilidade de licitação, com livros para incentivar a leitura dos alunos. O período da coleta dos documentos foi de 2010 (ano de seu início) até 2014 (ano em que completa cinco anos).

A partir dessa análise documental, foi possível estabelecer dois momentos do projeto na rede durante o período pesquisado: um primeiro momento, que compreenderia de 2010 a 2011; um segundo momento de 2012 a 2014. Os documentos mostram dois momentos distintos do projeto em cinco anos nas escolas da rede.

No primeiro momento que compreende entre os anos de 2010 a 2011, as informações analisadas traduzem de forma positiva a realização do Projeto Autonomia Carioca na rede. Em discurso na formatura de 2010, realizada no Maracanãzinho, a Secretária de Educação, Claudia Costin, destaca que os jovens atendidos pelo projeto eram candidatos à reprovação e à evasão escolar. Segundo ela, há um resgate da autoestima desses discentes e uma motivação para que eles continuem os estudos no ensino médio (SME, 2010). Na formatura de 2011, novamente a secretária (SME, 2011), reforça essa fala e destaca que os alunos “... tiveram uma oportunidade única e souberam aproveitá-la”. As aulas apresentavam uma dinâmica diferenciada e reforça que os professores foram “espetaculares”.

Em 2011, na formatura dos alunos, Hugo Barreto, o então secretário geral da FRM (SME, 2011), menciona que participava de um “... momento de transformação da qualidade da Educação na cidade do Rio de Janeiro.” Nessa mesma formatura, alguns alunos deram seus depoimentos, destacando que embora não tenha sido fácil concluir

essa etapa do ensino fundamental, o projeto levou a um maior interesse pelos estudos e os ajudaram a perceber suas capacidades para atingir seus objetivos (SME, 2011).

Dessas falas e das informações contidas no Diário Oficial do Município, percebeu-se que nos dois primeiros anos na rede do Rio de Janeiro, o projeto foi um relevante programa que a SME/RJ realizou como forma de melhorar os índices qualificadores de sua rede. De acordo com dados do INEP, em 2009, a rede não atingiu a meta do Ideb projetada para os últimos anos do ensino fundamental. O índice foi de 3.6, contudo a meta era 3.9 (INEP, 2009). Em uma perspectiva gerencialista, quantitativa, o Projeto Autonomia Carioca apresentou bons resultados ao município, até pelo fato dos alunos desse projeto não realizarem a Prova Brasil, um dos pontos para estabelecer o Ideb da cidade (LEITE, 2011). Com isso, a rede retirou dessa prova, só no primeiro ao do projeto, mais de oito mil alunos com baixo rendimento. Em 2011, a meta projetada do Ideb era de 4.2 e foi superada para 4.4.

Contudo, em um segundo momento entre os anos de 2012 a 2014, as referências ao Projeto Autonomia Carioca passam a ser muito mais burocráticas, isto é, relacionada a gastos e ao contrato que legaliza o projeto a cada ano, do que efetivamente, uma visão positiva da SME/RJ e da FRM. No site do Telecurso 2000, ele é listado em conjunto com outros projetos pelo país que seguem a mesma metodologia. Mas ao contrário do que é realizado no Acre e em Pernambuco, não aparecem dados da real diminuição da defasagem idade/série dos alunos (TELECURSO, 2014). Só mais uma formatura foi realizada, no ano de 2012 e suas referências são relacionadas à estrutura do evento e não aos benefícios do projeto aos alunos naquele ano.

A partir de 2012, há um controle maior dessa parceria público-privada, pois o Tribunal de Contas em final desse ano, já pede maiores informações sobre o contrato que oficializou o convênio. Em uma resolução da SME/RJ, no final de 2014, a aceleração do Projeto Autonomia Carioca aparece com mais um projeto necessário para continuar a correção de fluxo na rede (DIÁRIO OFICIAL, RJ, 2014). A legislação mencionada procurou dar força legal e evitar contestações ao projeto, o qualificando como estratégico, mesmo que em outros documentos oficiais, apareçam poucas referências a ele. Vale destacar que no ano de 2013, a rede pública do Rio de Janeiro, não atingiu nos últimos anos do ensino fundamental, a meta projetada que era de 4.6 e a rede só alcançou 4.4, mantendo mesmo índice do biênio anterior e ainda existindo turmas do projeto em cada uma das Coordenadorias Regionais de Educação.

Dessa análise feita da documentação oficial, o estudo conclui que o Projeto Autonomia Carioca que em um primeiro momento atende a conceitos relacionados ao gerencialismo, como eficiência, qualidade e descentralização, ao final de cinco anos, não propiciou a resolução da defasagem idade/série de seus alunos na rede municipal de ensino tornando-se mais uma medida da SME/RJ na tentativa de levar os alunos a uma conclusão satisfatória de seus estudos no ensino fundamental. Apesar do seu parceiro privado, o Estado na perspectiva gerencialista ainda caminha para melhorar seus índices qualificadores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza. **Organização da Educação Nacional na Constituição e na LDB**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2002.

ALMEIDA, Patricia C. Albiera de. et al. **Anos finais do ensino fundamental: aproximando-se da configuração atual**. Disponível em: <<http://www.fvc.org/estudos-e-pesquisa/2011/pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2014.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm> . Acesso em: 25 de maio de 2014.

_____. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/htm>. Acesso em: 10 de novembro de 2013.

CASTRO, Monica Rabelo; FERREIRA, Gisele; GONZALEZ, Wania. **Metodologia Da Pesquisa Em Educação**. Rio de Janeiro: Marsupial, 2013.

Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro. Imprensa Oficial. Prefeitura. Disponível em: <<http://www.doweb.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: 30 de agosto de 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2010.

FARIA, Celia et al. **Incluir para transformar: a metodologia telessala em cinco movimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, dez. 2013.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Educação. Projeto. Disponível em:<<http://www.frm.org.br>>. Acesso em: 1 de junho de 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Educação Básica. Ideb. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 30 de maio de 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?**. São Paulo: Cortez, 2010

LEITE, Miriam Soares. **Políticas Públicas e escola: sobre, estatísticas, professores e diferenças.** Anped Sudeste 2011. Disponível em: <<http://www.fe.ufrj.br/anpedinha2011/livro3.pdf>> . Acesso em: 30 agosto de 2014.

MONTAÑO, Carlos E. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do Terceiro setor.** Revista Lutas Sociais. São Paulo, volume 8, jun. 2002. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br>> . Acesso em: 15 de junho de 2014.

PERONI, Vera M. Vidal. **As parcerias público-privadas na educação e as desigualdades sociais.** Disponível em: <<http://ufrgs.br/faced/peroni/docs/parcerias.pdf>> . Acesso em: 30 de junho de 2014

RIOEDUCA. Programas e ações. Disponível em: <<http://WWW.rioeduca.net/programa/acao.php>> . Acesso em: 1 de dezembro de 2014.

SAMPAIO, Maria das M.F. **Aceleração de Estudos: uma intervenção pedagógica.** Disponível em:<<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewfile/1075/977>>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Notícias. Disponível em:<<http://www.rj.gov.br/web/sme>>. Acesso em: 30 de maio de 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma Revisão de Literatura.** Revista Sociologias, Rio Grande do Sul, na.8, n.16, jul/dez 2006, p.20-45. Disponível em: <<http://seers.ufrgs.br/sociologias>>. Acesso em: 4 de outubro de 2014.

TELECURSO 2000. Telecurso. Notícias. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/telecurso>> . Acesso em: 21 de fevereiro de 2015.